

GESTÃO SOCIAL: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Augiza Karla Boso

Bibliotecária no Instituto Federal de Santa Catarina. Aluna especial do PGAD/UFSC em nível de Doutorado. Mestre em Ciência da Informação. Florianópolis – Santa Catarina - Brasil
E-mail: augiza.ifsc@gmail.com

Resumo: Aborda a perspectiva da cidadania e o desenvolvimento local. Obra publicada pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, direcionada tanto para discentes e docentes quanto para profissionais arquivistas, bibliotecários, documentalistas, administradores e demais interessados nas dinâmicas da gestão social.

Palavras-chave: Cidadania deliberativa. Desenvolvimento local. Gestão social.



Resenha do Livro:

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Cidadania e desenvolvimento local**: critérios de análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 264 p.

Como fruto de esforço continuado de pesquisa em Gestão Social, sob a coordenação do Professor Titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE - Fernando Guilherme Tenório, a obra analisada fortalece conhecimentos e procedimentos instrumentais relacionados aos estudos da Gestão Social e contribui de forma pedagógica para avaliar as práticas de participação cidadã, através de relatos nacionais.

Aborda a perspectiva da cidadania deliberativa, ressaltando importantes dimensões: como processo em constante construção e a materialidade da cidadania deliberativa através da efetiva e comprometida participação da sociedade civil da definição, implementação e implantação de políticas públicas voltadas à construção do bem comum.

Na análise da cidadania deliberativa como processo em constante construção, por parte da sociedade civil, verifica-se a expressão da prática republicana amparada no processo de decisão sustentada. Por meio de deliberação dos cidadãos, sua construção pressupõe o efetivo envolvimento destes nos processos de planejamento e implementação de políticas públicas, notadamente, nas situações que facilitam o controle social dos ditos processos, a escolha seria feita de modo coletivo com a devida participação dos sujeitos, sendo um modelo ascendente, classificado como *bottom-up*.

Na análise da materialidade da cidadania deliberativa - através da efetiva e comprometida participação da sociedade civil - da definição, implementação e implantação de políticas públicas voltadas à construção do bem comum, observou-se o gozo dos direitos civis, políticos e sociais dos sujeitos que vivem e constroem os territórios econômicos e geopolíticos.

O livro em questão está dividido em três partes. A primeira parte é constituída pelos capítulos 1 e 2, escopo teórico e escopo metodológico. Tenório enfatiza que a proposta teórico-metodológica do estudo é de que a implementação de políticas públicas no desenvolvimento de territórios deve ser um processo que transcenda a visão mercadocêntrica de crescimento econômico, para privilegiar um enfoque de sustentabilidade política, social e cultural, apoiada na interação dialógica - de seus diferentes atores – agentes públicos, econômicos e sociais.

No primeiro capítulo, abordam-se os conceitos de cidadania deliberativa, sendo esta validada a partir de esferas públicas em que todos os interessados argumentam, orientados pelo fundamento da inclusão, ao qual o fundamento deste comprometimento é o bem comum; distingue ainda a diferença entre controle social e participação social.

No segundo capítulo, escopo metodológico, descreve-se as três principais etapas metodológicas da pesquisa, desenvolvidas de 2008 a 2010.

Na primeira etapa ocorre a adaptação dos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na

implantação de políticas públicas elaborado pelo Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) – utilizando-se da prática dialógica e da teoria da redução sociológica. As categorias de análise empregadas foram: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum.

Na segunda etapa ocorre a descrição dos procedimentos utilizados no processo de categorização dos dados do PEGS e de caracterização sociogeográfica das regiões, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo final foi aplicar o modelo de análise dos critérios da cidadania participativa para identificar modos, formas intensidades ou regularidades da participação cidadã em processos decisórios.

Na terceira etapa houve a aplicação do método de interpretação da pesquisa de campo à luz dos critérios da cidadania deliberativa - elaborados pelo PEGS – para o tratamento das informações contidas nos documentos transcritos tendo sido utilizado o método de análise de categoria, uma das técnicas da análise de discurso.

A segunda parte está composta pelos elementos empíricos, sendo que cada capítulo, do terceiro ao nono, aborda uma região pesquisada, sendo essas: Microrregião de Garanhuns (PE), Microrregião de Lavras (MG), Mesorregião do Centro Fluminense (RJ), Região da bacia do rio Itabapoana (ES-MG-RJ), Microrregião dos Lençóis Maranhenses (MA), Região do Corede Médio Alto Uruguai (RS) e a Região dos Coredes Noroeste Colonial e Celeiro (RS). Essas regiões foram contempladas com 41 municípios estudados a partir das categorias de análise na busca da cidadania participativa.

A terceira e última parte retrata: o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais pela ótica da cidadania deliberativa (capítulo 10); a participação e qualidade democrática - uma proposta de critérios de qualidade (capítulo 11); as conclusões e as referências bibliográficas.

Destaca-se nessa terceira etapa, o fato de que quando Dilma

Roussef foi ministra Chefe da Casa Civil criou o programa “Territórios da cidadania”, com prioridade nas ações de uma articulação produtiva para otimização na aplicação dos recursos públicos, orientados na premissa de mitigação das iniquidades sociais historicamente presentes no território nacional e ampliação do processo de inclusão social, por meio da cidadania deliberativa. A análise da proposta do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais traz uma política inovadora e coerente teoricamente, tanto pelos conceitos dos quais se estrutura, quanto pela apropriação e tentativa de superação dos históricos de acertos e equívocos na gestão participativa das políticas públicas.

Na perspectiva das partes supracitadas, a arquivologia brasileira ainda carece de profissionais e pesquisadores atuantes nesta temática. Diante do exposto este livro é recomendado a fim de que seus leitores possam abrir novos caminhos entre a arquivologia e a gestão social, para que a cidadania deliberativa seja na prática efetivada.

Originais recebidos em: 03/08/2012

Aceito para publicação em: 11/09/2012

Publicado em: 20/09/2012